



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL  
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009  
**Secretaria Municipal de Administração**

PM SA OF Nº 171/2019

Sant'Ana do Livramento, 28 de maio de 2019.

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, proceder a entrega dos demonstrativos em anexo, relativos ao **1º Quadrimestre de 2019**, para cumprir a exigência de demonstração em Audiência Pública, agendada para o **dia 30 de maio de 2019**, para apresentação dos referidos demonstrativos.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.



  
**SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**Ver. MAURÍCIO BOFILL DEL FABRO**

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Sant'Ana do Livramento – RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO**  
SECRETARIA DA FAZENDA  
Contadoria Geral

**RELATÓRIOS DA LEI 101/00 – LRF**  
**LEI RESPONSABILIDADE FISCAL**  
Relatório Resumido Execução Orçamentária

Período 1º - Quadrimestre

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**EXERCÍCIO 2019**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
Contadoria Geral

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**2º BIMESTRE DE 2019 e**  
**1º QUADRIMESTRE 2019**

DO CUMPRIMENTO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, DO CRONOGRAMA MENSAL RELATIVO ÀS DESPESAS DO EXERCÍCIO E DAS METAS BIMESTRAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO, BEM COMO DA DEMONSTRAÇÃO DE SUA COMPATIBILIDADE COM OS MONTANTES DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS NO EXERCÍCIO DE 2019

Nos termos dos artigos 8º e 9º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e em conformidade com a Lei n.º 7.429 de 17 de dezembro de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e alterações posteriores, e ainda com o disposto no artigo 47 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

**1 - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Lei Complementar nº 101/00 determina que, ao se verificar no final de cada bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, nos trinta dias subsequentes, os Poderes Executivo e Legislativo, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira. Na ocorrência dessa hipótese, o Poder Executivo apurará o montante da limitação de empenho e informará a cada um dos Poderes e Órgãos, os parâmetros a serem adotados na estimativa de receitas e previsão de despesas para os bimestres subsequentes.

**2 - DA AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS**

**2.1 - Meta de resultado primário para 2019 e desempenho do exercício**

Nos quadros em anexo do DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL e DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO (Art. 53, Inciso III da L.C. 101/2000), foram estabelecidas as metas bimestrais para o resultado primário durante o ano de 2019. O quadro demonstra o montante do resultado primário constante



no orçamento consolidado do Município, onde se fixou um superávit para o ano de 2019 de R\$ 12.228.285,00 com uma meta superavitária para o segundo bimestre de R\$ 4.076.095,00.

No caso, tem-se a comparação entre o resultado primário previsto e o realizado nos dois bimestres de 2019, e observa-se que a meta superavitária fixada em R\$ 4.076.095,00 foi atingida, ficando superavitária de R\$ 8.557.864,00. Portanto, tem R\$ 4.481.769 acima do previsto.

Outrossim, esclarecemos que neste resultado já está incluída a consolidação dos dados de suas Autarquias, nos dois bimestres de 2019, que foram registrados pelo Município, conforme integração de dados.

A meta atualizada da Receita Primária para o ano de 2019 de R\$ 247.301.900,00 e parcial ao período de R\$ 82.433.966,00, não foi atingida devido à arrecadação ter sido R\$ 76.305.043,00 e, portanto, inferior à prevista em R\$ 6.128.923,00 no percentual de 7,43 %.

No entanto nos dois bimestres do ano, o Município liquidou R\$ 62.039.897,00 diante de um valor previsto para o período de R\$ 94.582.380,00 para os dois bimestres de 2019, gerando uma economia de R\$ 32.542.483,00 na despesa primária prevista, equivalente a 34,41 %. Diante desse cenário, o Município mantém um superávit orçamentário primário realizado no período na ordem de R\$ 8.557.864,00.

## **2.2 - Recondução do resultado primário à meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Nos quadros em anexo, mostra a estimativa de distribuição do resultado primário para o segundo bimestre de 2019, considerando-se o desempenho da receita e da despesa nos dois bimestres e a meta superavitária de R\$ 12.228.285,00 e parcial ao período de R\$ 4.076.095,00 estabelecida na LOA - Lei nº 7.429/2018. Cabe registrar que as dotações anuais dos grupos de despesa estão posicionadas conforme os registros contábeis de abril de 2019, e demonstra o resultado primário superavitário de R\$ 8.557.864,00.

Desse modo, de pronto conclui-se que os esforços realizados estão de acordo com as metas propostas no período.

## **3 - DA DISTRIBUIÇÃO DE LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

De acordo com os resultados que foram apresentados, o município demonstrou resultado primário superavitário, ou seja, acima do previsto.

A execução da despesa gerou uma economia de R\$ 9.719.473,00 e existem restos não processados de R\$ 25.705.348,00 e a frustração de receita no período de R\$ 6.128.923,00.

## **4 - DA AVALIAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL**

Ao se analisar o desempenho do Resultado Nominal nos dois bimestres de 2019, verifica-se que houve redução no montante da dívida líquida consolidada, com relação ao valor inicial demonstrado ser inferior ao previsto.

Esta variação está dentro do limite proposto ao período, pois a meta prevista para o exercício de 2019, importa em uma variação de crescimento no valor de R\$ 12.148.285,00 e parcial ao período de R\$ 4.049.428,00 com resultado nominal apurado é de R\$ (2.660.307,00) portanto, com redução R\$ 6.286.147,00, portanto, é inferior ao previsto.

A redução do endividamento de maior significância justifica-se pelos parcelamentos dos débitos do SISPREM, que deixaram de compor os restos a pagar processados e passaram a compor a dívida previdenciária no montante de R\$ 21.239.053,00 sendo R\$ 17.632.000,00 (anulados em 2018) e R\$ 3.607.053,85 (restos processados anulados em 2019).



Outrossim, devemos levar em consideração que este resultado demonstra uma posição atualizada em relação aos registros contábeis do período de janeiro a abril e demonstram o montante da dívida Fundada Real. Em razão das atualizações e correções que não foram realizadas, o resultado tem reflexos atuais e futuramente no crescimento da dívida.

Não há saída para o enfrentamento do crescimento da dívida pública do Município que não passe por ações de redução e, principalmente, contenção do crescimento da despesa pública associada a ações de promoção de crescimento da arrecadação tributária. No entanto, somente o esforço adicional de elevação da receita não resolve se a despesa continuar a crescer.

## 5 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do quadro de dificuldades estruturais que afeta as finanças públicas do Município, chegamos à conclusão que o resultado orçamentário primário está dentro das estabelecidas.

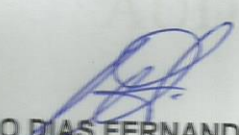
Com relação ao resultado nominal, observamos o atendimento do proposto. Evidenciamos a redução da DCL em R\$ 6.286.147,00 devido aos parcelamentos do SISPREM.

Cabe salientar que os esforços devem ser no sentido de estancar a evolução da dívida e aumentar a sua amortização e cumprir com as metas estabelecidas na LRF.

A estratégia é seguir com as metas propostas e procurar, ao máximo, manter as despesas públicas ao patamar das receitas, mediante esforço adicional de arrecadação e execução orçamentária rigorosamente atrelada ao fluxo de caixa. É necessário um esforço conjunto de todos os Poderes e Órgãos para o compartilhamento do processo de ajuste fiscal assumido pelo Governo Municipal.

Com isso será possível dar continuidade aos programas de trabalho da gestão, definindo sempre os respectivos ajustes fiscais para o cumprimento das metas e limites da LRF- Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, importa destacar que o cumprimento da meta do resultado de gestão, nos termos do que define a Lei Orçamentária de 2019, demonstra que a gestão orçamentária foi cumprida, uma vez que a meta primária foi superavitária de R\$ 8.557.864 e o resultado nominal importou em uma redução de R\$ 6.286.147,00.

Sant'Ana do Livramento, 28 DE MAIO DE 2019.

  
MAURO DIAS FERNANDES  
Contador CRC 56.892

  
MULCY TORRES DA SILVA  
Sec. Mun. da Fazenda